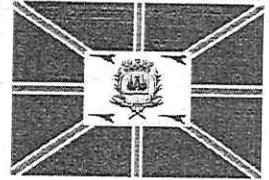




PREFEITURA DE ARAGUARI  
GABINETE DO PREFEITO



PROJETO DE LEI Nº.....2081/19

“Institui no Município de Araguari-MG a autorização de uso de extensão temporária do passeio público, denominada parklet e dá outras providências.”

A Câmara Municipal de Araguari, Estado de Minas Gerais, aprova e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado a instalação e o uso de extensão temporária de passeio público denominada parklet no Município de Araguari-MG.

Art. 2º Para fins desta Lei, considera-se parklet a ampliação do passeio público, realizada por meio da implantação de plataforma sobre a área antes ocupada pelo leito carroçável da via pública, que poderá ser equipada com bancos, floreiras, mesas, cadeiras, guarda-sóis, aparelhos de exercícios físicos, bicicletário ou outros elementos de mobiliário urbano, com função de lazer ou de manifestações artísticas e culturais.

Parágrafo único. O parklet, assim como os elementos nele instalados, serão plenamente acessíveis ao público, vedada, em qualquer hipótese, a utilização exclusiva por seu mantenedor, sendo esta uma das condições de sua autorização.

CAPÍTULO I  
DO PROCEDIMENTO

Seção I  
Dos Requerentes

Art. 3º A instalação, manutenção e remoção do parklet ocorrerão por iniciativa da pessoa, órgão ou congênera a quem foi concedida a autorização através de requerimento, podendo ser autorizado a Administração Municipal, pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado.

Parágrafo único. A instalação do parklet obedecerá aos requisitos previstos nesta Lei e a Prefeitura Municipal de Araguari-MG deverá publicar edital garantindo a publicidade da instalação, que será afixado em sua sede, publicado no Diário Oficial do Município e disponibilizado do site oficial.

Seção II  
Do Pedido e do Projeto

Art. 4º Para obtenção da autorização de uso para instalação o requerente deverá formalizar o pedido através de requerimento padrão, acompanhado dos documentos a seguir descritos:



PREFEITURA DE ARAGUARI  
GABINETE DO PREFEITO



I – em se tratando de pessoa física, o pedido deverá ser instruído com cópias do documento de identidade, de sua inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), certidões de nada consta com o Município e do comprovante de residência.

II – tratando-se de pessoa jurídica, o pedido deverá ser instruído com cópias do registro comercial, certidão simplificada expedida pela Junta Comercial do Estado ou Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, do ato constitutivo e alterações subsequentes ou da lei instituidora ou estatuto social devidamente registrado, conforme o caso e cópia da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.

§ 1º O requerimento de que trata o presente artigo deverá ser protocolado junto à Secretaria Municipal de Obras.

§ 2º Serão aceitos requerimentos apresentados por grupos de pessoas físicas ou jurídicas, sendo que neste caso cada um deles deverá apresentar a documentação prevista neste artigo, firmando um requerimento padrão único.

§ 3º O grupo de que trata o § 2º deste artigo terá responsabilidade solidária quanto à instalação, manutenção e remoção do parklet, podendo a fiscalização municipal notificar qualquer um dos responsáveis pela instalação, manutenção e remoção do parklet para atendimento dos preceitos desta Lei.

Art. 5º O pedido de que trata o art. 4º, retro, na sua totalidade, será instruído, ainda, com o projeto de instalação que apresente os seguintes elementos:

I – planta inicial do local;

II – projeto de instalação, incluindo o croqui, com sua dimensão aproximada, imóveis confrontantes, largura do passeio público existente, inclinação transversal do passeio, bem como todos os equipamentos e mobiliários instalados no passeio nos 20m (vinte metros) de cada lado do local proposto para instalação do parklet;

III – descrição dos tipos de equipamentos que serão instalados;

IV – descrição do atendimento aos critérios técnicos de instalação, manutenção e retirada do parklet previstos nesta Lei;

V – Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) do responsável pela instalação do parklet.

§ 1º O projeto de instalação deverá atender às normas técnicas de acessibilidade e às diretrizes estabelecidas pela Comissão Municipal dos Parklets de Araguari-MG - COMUPAA, bem como aos seguintes requisitos:

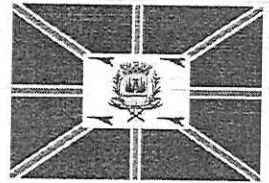
I – a instalação não poderá ocupar espaço superior a 2,20m (dois metros e vinte centímetros) de largura, contados a partir do alinhamento das guias, por 11m (onze metros) de comprimento em vagas paralelas ao alinhamento da calçada, ou de 4,40m (quatro metros e quarenta centímetros) de largura por 5m (cinco metros) de comprimento em vagas perpendiculares ou a 45º (quarenta e cinco graus) de alinhamento;

II – a instalação não poderá ter qualquer tipo de fixação no solo maior que 12cm (doze centímetros) ou provocar qualquer tipo de dano ou alteração no pavimento que não possa ser reparada pelo(s) responsável(eis) pela instalação do parklet;

III – a instalação poderá ocorrer em local antes destinado ao estacionamento de veículos, sendo vedada em locais de faixa exclusiva de ônibus, ciclovias ou ciclofaixas;



PREFEITURA DE ARAGUARI  
GABINETE DO PREFEITO



IV – se a instalação for realizada em área que possua faixa para deficientes físicos ou idosos, o responsável pela instalação, manutenção e remoção deverá arcar com as custas de realização da nova demarcação destas faixas;

V – o parklet somente poderá ser instalado em vias coletoras, de mão única com limite de velocidade de até 50km/h (cinquenta quilômetros por hora);

VI – o parklet deverá ter proteção em todas as faces voltadas para o leito carroçável e somente poderá ser acessado a partir do passeio público;

VII – o parklet deverá estar devidamente sinalizado, inclusive com elementos refletivos;

VIII – as condições de drenagem e de segurança do local de instalação deverão ser preservadas;

IX – remoções de interferências poderão ser aceitas e indicadas, ficando a cargo do responsável pela manutenção, instalação e remoção do parklet todos os custos envolvidos em remanejamento de equipamentos existentes e sinalizações necessárias.

§ 2º O parklet não poderá ser instalado em esquinas e a menos de 15m (quinze metros) do bordo de alinhamento da via transversal, bem como a frente ou de forma a obstruir guias rebaixadas, equipamentos de combate a incêndios, rebaixamentos para acesso de pessoas com deficiência, pontos de parada de ônibus, pontos de táxi, faixas de travessia de pedestres, sem poderá acarretar a supressão de vagas especiais de estacionamento.

Seção III  
Da Análise e da Aprovação

Art. 6º A autorização de uso para instalação de parklet caberá a Comissão Municipal dos Parklets de Araguari (COMUPAA), depois de considerado o atendimento ao interesse público, a conveniência do pedido, bem como o atendimento a todos os requisitos estabelecidos nesta Lei, na legislação aplicável e nas solicitações técnicas da COMUPAA.

Parágrafo único. O prazo para aprovação da autorização de uso do parklet é de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do protocolo do requerimento padrão ou do atendimento da última notificação para adequação do projeto, podendo este prazo ser estendido a critério da COMUPAA, desde que haja razões de interesse público ou de ordem técnica.

Art. 7º Será instituída a Comissão Municipal de Parklets de Araguari (COMUPAA), que será composta por servidores públicos municipais indicados pelos titulares das respectivas pastas:

- I – Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
- II – Secretaria Municipal de Trânsito, Transportes e Mobilidade Urbana;
- III – Secretaria Municipal de Obras;
- IV – Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Distritais;
- V – Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Habitação.



PREFEITURA DE ARAGUARI  
GABINETE DO PREFEITO



Parágrafo único. Os membros indicados para compor a COMUPAA serão nomeados por Decreto do Prefeito Municipal.

Art. 8º A Prefeitura do Município de Araguari-MG publicará edital destinado a dar conhecimento das propostas de instalação de parklets, contendo o nome do requerente e o local da implantação, sendo o edital afixado em sua sede, publicado no Correio Oficial do Município e disponibilizado do site oficial.

§ 1º Será aberto o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da publicação do edital, para eventuais manifestações.

§ 2º Eventuais objeções à instalação serão avaliadas pela COMUPAA, que emitirá parecer e poderá consultar as demais secretarias e órgãos municipais, requerendo parecer por escrito, podendo, inclusive, indicar modificações no projeto originalmente proposto.

§ 3º Na hipótese de manifestação de outros interessados na instalação do parklet na mesma área, a COMUPAA examinará os pedidos que melhor atenderem ao interesse público e, em não havendo a possibilidade de formação de grupos, se manifestará fundamentadamente pela rejeição ou aprovação, cabendo à decisão final ao Prefeito Municipal.

Art. 9º Cumpridos todos os requisitos previstos nesta Lei e na hipótese de decisão favorável da COMUPAA à instalação do parklet, a Secretaria Municipal de Obras convocará o requerente para assinar o termo de cooperação para instalação, manutenção e remoção do parklet, que terá validade de 3 (três) anos e deverão ser publicados na íntegra do Correio Oficial do Município no prazo máximo de 30 (trinta) dias da data de sua assinatura.

§ 1º Com antecedência mínima de 30 (trinta) dias para completar o prazo de 03 (três) anos após a instalação do parklet, o requerente deverá apresentar novo requerimento solicitando a permanência do parklet, que será analisado pela COMUPAA, obedecendo e apresentando novamente todos os requisitos apresentados nesta Lei, mas a renovação dependerá do pagamento da taxa de uso e ocupação do solo e poderá depender de vistoria para constatar a regularidade de sua instalação.

§ 2º Após a assinatura do termo de cooperação será emitida a autorização de uso para instalação de parklet pela Secretaria Municipal de Obras, obedecendo-se fielmente ao projeto de instalação apresentado pelo requerente.

§ 3º Poderá ser padronizado pela Administração Municipal, projetos de implantação de parklet, conforme modelo disponibilizado pela Comissão Municipal de Parklets de Araguari (COMUPAA).

Art. 10. Caberá ao Requerente informar à Secretaria Municipal de Obras o término da instalação do parklet, por meio de requerimento de vistoria, para que seja feita a fiscalização para constatação da regularidade de sua instalação.

Art. 11. O parklet deverá ser instalado num prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias – a contar da data de expedição da permissão de uso para sua instalação, sob



## PREFEITURA DE ARAGUARI GABINETE DO PREFEITO



pena de ter que se obter nova autorização de uso, devendo o interessado formalizar nova solicitação nos termos previstos nesta Lei.

### CAPÍTULO II DAS OBRIGAÇÕES DO REQUERENTE

Art. 12. O requerente do parklet será o único responsável pela realização dos serviços descritos no respectivo termo de cooperação, bem como pela manutenção em perfeito estado de conservação e quaisquer danos eventualmente causados.

§ 1º Todas as obrigações assumidas no termo de cooperação e as responsabilidades por eventuais danos ocorridos em relação a terceiros e ao patrimônio público serão respondidas solidariamente pelo grupo requerente da implantação do parklet.

§ 2º Os custos financeiros referentes à instalação, manutenção e remoção do parklet serão de responsabilidade exclusiva do requerente.

Art. 13. Será permitida a colocação de uma placa com área máxima de 0,15m<sup>2</sup> (quinze decímetros quadrados) para exposição de mensagem indicativa da cooperação em cada parklet instalado.

Parágrafo único. A placa com mensagem indicativa da cooperação deverá conter as informações sobre o requerente e os dados da cooperação celebrada, contendo o nome do requerente, sendo admitido o nome fantasia em caso de pessoa jurídica, a referência a seus produtos, serviços e endereço eletrônico.

Art. 14. O requerente deverá instalar em local visível, junto ao acesso do parklet, uma placa com dimensão mínima de 0,20m (vinte decímetros) por 0,30m (trinta decímetros) para exposição da seguinte mensagem indicativa: “Este é um espaço público acessível a todos. É vedada, em qualquer hipótese, sua utilização exclusiva, inclusive por seu mantenedor”.

Art. 15. Em caso de descumprimento do termo de cooperação, o requerente será notificado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, comprovar a regularização dos serviços, sob pena de suspensão da autorização de uso de logradouro público.

§ 1º A suspensão da autorização de uso será publicada no Correio Oficial do Município de Araguari-MG, notificando o responsável para que remova o parklet, esclarecendo o prazo da suspensão.

§ 2º Caso o responsável durante o prazo de suspensão deixe de realizar a regularização dos serviços, o termo de cooperação será rescindido unilateralmente e o parklet será considerado mobiliário urbano.

§ 3º Do termo de cooperação celebrado deverá constar que, caso a rescisão unilateral se dê por falta de cumprimento do respectivo termo, a Prefeitura Municipal de Araguari-MG fica autorizada a editar Decreto de recebimento de doação do parklet, dando-lhe destinação conforme o interesse público exigir, inclusive, podendo recolocá-lo para outro local.



PREFEITURA DE ARAGUARI  
GABINETE DO PREFEITO



§ 4º A suspensão da autorização de uso de logradouro público deverá ser analisada e proposta pela COMUPAA e homologada pelo Prefeito Municipal de Araguari-MG.

Art. 17. O abandono, ou o descumprimento do termo de cooperação não dispensa a obrigação de remoção do parklet e restauração do logradouro público ao estado anterior em que se encontrava, ficando esta obrigação a cargo do requerente.


Paragrafo único. No caso de desistência pelo interessado no uso do parklet, ficará a estrutura física implantada incorporada ao patrimônio público municipal, sendo que sua remoção ficará a cargo dos órgãos municipais, observados critérios de oportunidade e conveniência.

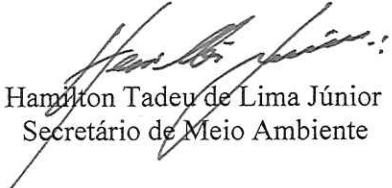
Art. 18. A fiscalização da regularidade de instalação e conservação dos parklets será realizada através da Secretaria Municipal de Obras ou pela COMUPAA e, a fiscalização das placas indicativas será realizada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente ou pela COMUPAA, conforme necessidade.


Art. 19. Em nenhuma hipótese poderá o requerente impedir a fiscalização mencionada no art. 18, desta Lei.

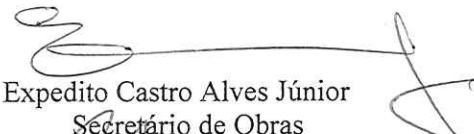
Art. 20. Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI, Estado de Minas Gerais, em 9 de dezembro de 2019.

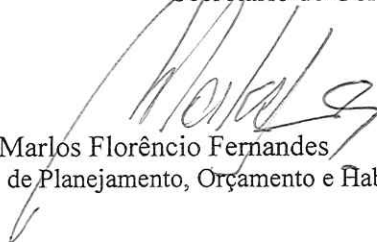
  
Marcos Coelho de Carvalho  
Prefeito

  
Hamilton Tadeu de Lima Júnior  
Secretário de Meio Ambiente

  
Wanderley Barroso de Faria  
Secretário de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana

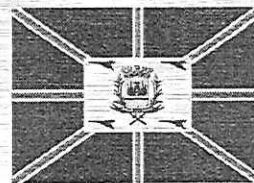
  
Expedito Castro Alves Júnior  
Secretário de Obras

  
Cândido Costa Arruda  
Secretário de Serviços Urbanos e Distritais

  
Marlos Florêncio Fernandes  
Secretário de Planejamento, Orçamento e Habitação



## PREFEITURA DE ARAGUARI GABINETE DO PREFEITO



### **JUSTIFICATIVA:**

Excelentíssimo Senhor Presidente e Senhores Vereadores!

Estamos enviando a esta Casa Legislativa o incluso Projeto de Lei que “Institui no Município de Araguari-MG a autorização de uso de extensão temporária do passeio público, denominada parklet e dá outras providências.”

O referido projeto de Lei visa atender a requerimento do Vereador Warley Maravilha, que foi submetido a análise da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Habitação.

O parklet é uma extensão temporária da calçada que promove o uso do espaço público de forma democrática a partir da conversão de um espaço de estacionamento de automóveis na via pública em um espaço para permanência de pessoas.

Em síntese, parklets são minipraças que ocupam o lugar de uma ou duas vagas de estacionamento em vias públicas que funcionam como um espaço público de lazer e convivência para qualquer um que passar por ali. Podem possuir bancos, mesas, palcos, floreiras, lixeiras, paraciclos, entre outros elementos de conforto e lazer.

Sua intenção ainda é promover uma maior interação social entre os cidadãos, melhorando a convivência de todos e promovendo o uso do solo de maneira democrática, não somente voltado para automóveis.

O presente Projeto de Lei tem como objetivo buscar a humanização e democratizar o uso da rua, tornando-a mais atrativa e convidativa e provocando uma reflexão sobre a cidade que queremos habitar. É uma forma de apoiar a vida urbana, melhorando as condições de segurança, promovendo uma vida mais saudável e estimulando o uso democrático e participativo da cidade, promovendo a convivência nas ruas.

Os Parklets também são ideais para atrair clientes em comércios e proporcionar-lhes uma experiência agradável.

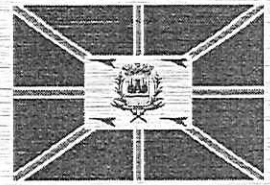
Enquanto o carro passa a maior parte do dia estacionado, no mesmo período, o espaço por ele ocupado pode ser utilizado por pessoas. Para mudar esse paradigma, é preciso pensar em formas alternativas de uso do espaço público. Essa reflexão começa na escala da própria rua, equilibrando a distribuição dos espaços e melhorando a convivência entre todos.

Trata-se de uma revisão das políticas de ocupação dos espaços públicos, por meio da melhoria da infraestrutura urbana e estratégias de atuação que diagnosticam carências e identificam potencialidades.

O parklet é uma alternativa rápida e eficaz para áreas desprovidas de espaços públicos e serve também como a criação de um lugar definido para o estar, um ponto de encontro. Sua implantação permite que uma comunidade reinvente seu próprio espaço de convívio, construindo novos imaginários possíveis de cidade.



## PREFEITURA DE ARAGUARI GABINETE DO PREFEITO

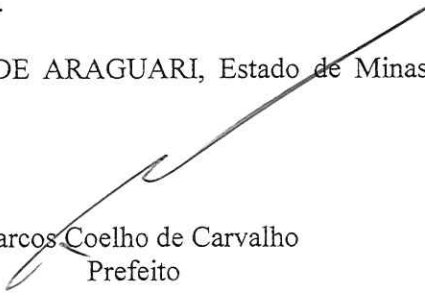


Além disso tudo, dão vida à cidade, aos percursos do nosso dia a dia, criam espaços bonitos e agradáveis em meio à selva de pedras, fazendo-nos ter vontade de andar a pé, fazendo um convite a alma na cidade que a suprime em meio a tanto caos. Trazem a essência da cidade em um pequeno espaço, que pode servir para uma pausa, para um descanso, para encontrar um amigo, ler um livro e, principalmente, não servir a nada disso e a tantas outras coisas, essa é a beleza da democracia do espaço público.

Os parklets surgem com o propósito de mostrar que é possível aproveitar e amar cada canto da nossa querida cidade, mesmo que seja entre um compromisso e outro, pois não existe a cidade do trabalho e uma outra cidade do lazer, existe sim a cidade em que moramos.

Dessa forma, à vista do relevante interesse público consubstanciado na matéria que submeto a Vossas Excelências é que solicito a apreciação com conseqüente votação e aprovação deste Projeto de Lei, que transformado na respectiva Lei, propiciará a organização das atribuições dos cargos de provimento efetivo, adotando-se em seu trâmite o regime de urgência, com dispensa dos interstícios regimentais.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI, Estado de Minas Gerais, em 9 de dezembro de 2019.

  
Marcos Coelho de Carvalho  
Prefeito





**PREFEITURA DE ARAGUARI**  
**Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Habitação**  
Rua Esplanada Goiás, 395 - Goiás - Araguari - MG - 38.442-004  
Telefone: (34) 3690-3260 - E-mail: seplan@araguari.mg.gov.br

Ofício nº 0612/2019 - SMPOH

Araguari, 28 de novembro de 2019.

Ao Senhor  
Cristiano Cardoso Gonçalves  
**Subprocurador**  
Araguari - MG

Assunto: **Encaminha resposta.**


Senhor Subprocurador,

1. Com cordiais cumprimentos, serve o presente para informar que conforme apresentado no Projeto de Lei 094/2019 que autoriza a instalação de Parklet no município de Araguari, após análise, recomendamos:

1. Inclusão da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Habitação como membro do COMUPAA constante no Art. 7º
2. Poderá haver pela prefeitura padronização de projetos a serem implantados pelos interessados, conforme modelos disponibilizados pela COMUPAA.
3. Caso haja desistência de continuidade de uso do Parklet pelo interessado, ficará a estrutura física implantada incorporada ao patrimônio público através da doação, sua remoção de critérios da prefeitura conforme no Art 17.

2. Sem outro particular, colocamo-nos à inteira disposição de Vossa Senhoria para qualquer outro esclarecimento que venha a se fazer necessário, reiterando protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

  
MARLOS FLORENCIO FERNANDES  
Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Habitação

